

ORIENTAÇÕES DE ESTUDOS DE

# HISTÓRIA

1

2<sup>a</sup>  
SÉRIE



## Ensino Médio

Secretaria de  
Educação



GOVERNO DO ESTADO  
RIO DE JANEIRO



/SeeducRJ



/seeducrj



/seeducrjio

Secretaria de  
Educação



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**

**Governo do Estado do Rio de Janeiro**  
**Secretaria de Estado de Educação**

Comte Bittencourt  
**Secretário de Estado de Educação**

Andrea Marinho de Souza Franco  
**Subsecretária de Gestão de Ensino**

Elizângela Lima  
**Superintendente Pedagógica**

Maria Cláudia Chantre  
**Coordenadoria de Áreas do Conhecimento**

**Assistentes**

Carla Lopes  
Cátia Batista Raimundo  
Roberto Farias  
Verônica Nunes

**Texto e conteúdo**

Prof. Carla Machado Lopes  
**Colégio Estadual Rodrigo Otávio Filho (Brasil- Itália)**  
Prof. Enoque Cristian Ribeiro  
**CE Jornalista Rodolfo Fernandes**  
Prof. Guilherme José Motta Faria  
**C.E. Hispano Brasileiro João Cabral de Melo Neto**  
Prof. Leonardo Jorge Azevedo Ramos  
**C.E Professor José Accioli**

## Capa

Luciano Cunha

### Revisão de texto

Prof<sup>a</sup> Alexandra de Sant Anna Amancio Pereira

Prof<sup>a</sup> Andreia Cristina Jacurú Belletti

Prof<sup>a</sup> Andreza Amorim de Oliveira Pacheco.

Prof<sup>a</sup> Cristiane Póvoa Lessa

Prof<sup>a</sup> Deolinda da Paz Gadelha

Prof<sup>a</sup> Elizabete Costa Malheiros

Prof<sup>a</sup> Ester Nunes da Silva Dutra

Prof<sup>a</sup> Isabel Cristina Alves de Castro Guidão

Prof José Luiz Barbosa

Prof<sup>a</sup> Karla Menezes Lopes Niels

Prof<sup>a</sup> Kassia Fernandes da Cunha

Prof<sup>a</sup> Leila Regina Medeiros Bartolini Silva

Prof<sup>a</sup> Lidice Magna Itapeassú Borges

Prof<sup>a</sup> Luize de Menezes Fernandes

Prof Mário Matias de Andrade Júnior

Paulo Roberto Ferrari Freitas

Prof<sup>a</sup> Rosani Santos Rosa

Prof<sup>a</sup> Saionara Teles De Menezes Alves

Prof Sammy Cardoso Dias

Prof Thiago Serpa Gomes da Rocha

Esse documento é uma curadoria de materiais que estão disponíveis na internet, somados à experiência autoral dos professores, sob a intenção de sistematizar conteúdos na forma de uma orientação de estudos.

© 2021 - Secretaria de Estado de Educação. Todos os direitos reservados

Secretaria de  
Educação



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**

## **HISTÓRIA – Orientação de Estudo**

### **SUMÁRIO**

1. Introdução	06
2. Aula 1 – Antigo Regime	06
3. Aula 2 – Iluminismo	08
4. Aula 3 – Revolução Francesa	08
5. Aula 4 – Cidadania	09
6. Aula 5 - Atividades	14
7. Considerações Finais	19
8. Resumo	19
9. Indicações Bibliográficas	20

Secretaria de  
Educação



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**

## **DISCIPLINA: HISTÓRIA**

**ORIENTAÇÕES DE ESTUDOS para HISTÓRIA**  
**1º Bimestre de 2020 - 2ª série do Ensino Médio**

### **META:**

Apresentar e contextualizar os acontecimentos históricos que marcaram as mudanças de uma ordem feudal para uma ordem capitalista

### **OBJETIVOS:**

Ao final destas Orientações de Estudos, você deverá ser capaz de:

- Compreender o pensamento iluminista do século XVIII.
- Identificar as características do Antigo Regime
- Contextualizar a Revolução Francesa e sua importância na formação do mundo Moderno
- Relacionar esses temas à formação cidadã

## 1. Introdução

O estudo da História é fundamental para entendermos nosso lugar no mundo. Nosso lugar como agente transformador da nossa sociedade. Quando conhecemos a História somos capazes de entender melhor nosso presente e projetarmos nosso futuro. Os acontecimentos históricos estão entrelaçados e repercutem uns nos outros. Não há um fato isolado na História. Estaremos aqui tratando de temas que foram fundamentais para formação da sociedade moderna: o pensamento iluminista, as contradições do Antigo Regime e toda mudança trazida pela Revolução Francesa com seus desdobramentos no campo da cidadania.

Veremos como as ideias iluministas contribuíram para a derrubada do Antigo Regime ao questionar uma ordem já estabelecida e como foi complexo o processo da Revolução Francesa e seus desdobramentos na constituição das sociedades modernas e contemporâneas.

## 2. Aula 1 - Antigo Regime

Caro aluno, você já ouviu falar em Antigo Regime? O termo “**Antigo Regime**” foi criado no final do século XVIII, durante a **Revolução Francesa**, para designar a sociedade que existia na França antes da revolução, marcada por privilégios de origem feudal, por restrições à liberdade econômica e pelo poder absoluto do rei. Depois disso, essa expressão passou a ser usada de maneira mais ampla, para denominar não apenas a França, mas o conjunto das sociedades europeias da época moderna.

Na Europa moderna, práticas e costumes feudais conviviam com mudanças profundas na sociedade. Por isso, é comum identificar a época moderna como um período de transição entre a Idade Média e o mundo que surgiu das revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII.

A sociedade europeia desse período, conhecida como Antigo Regime, era hierarquizada e estamental. O clero e a nobreza formavam os estamentos dominantes. Eles eram grandes proprietários de terra e estavam isentos de muitos impostos. O restante da população era formado de camponeses, trabalhadores urbanos e burgueses, que pagavam altos impostos para sustentar o luxo das cortes. Entre os burgueses, havia desde artesãos e pequenos lojistas até banqueiros e proprietários de grandes manufaturas.

A origem de cada indivíduo determinava sua posição na sociedade e seus privilégios. Um nobre nascia com privilégios herdados da família, enquanto um artesão ou um lojista tinha muita dificuldade de enriquecer e conquistar prestígio social. Apesar disso, muitos

burgueses enriquecidos conseguiam comprar títulos de nobreza, o que lhes conferia distinção em relação aos demais.

Politicamente, a característica que marcou a Europa moderna foi a centralização do poder na figura do rei. Na França, por exemplo, o fortalecimento do poder real consolidou-se com o absolutismo, regime em que o poder de governar, elaborar leis e fiscalizar o seu cumprimento concentrava-se nas mãos do rei. Na Inglaterra, a tentativa de instaurar um poder absoluto foi uma das principais razões da revolução que eclodiu em 1640.

A figura do Rei era inquestionável, logo seu poder não poderia ser de forma alguma contestado, uma vez que era Divino. O direito divino dos Reis não lhes obrigava a dar satisfação de seus atos ao povo, apenas a Deus.

O texto a seguir ilustra a legitimidade teórica do direito divino dos reis. Escrito por Bossuet, bispo de Meaux, que foi um dos principais teóricos do direito divino:

*“Três razões fazem ver que este governo (o da Monarquia hereditária) é o melhor. A primeira é que é o mais natural e se perpetua por si próprio. (...) A segunda razão (...) é que esse governo é o que interessa mais na conservação do Estado e dos poderes que o constituem: o príncipe, que trabalha para seu estado, trabalha para seus filhos, e o amor que tem pelo seu reino, confundido com o que tem pela sua família, torna-se lhe natural. (...) A terceira razão tira-se da dignidade das coisas reais (...) a inveja, que se tem naturalmente daqueles que estão acima de nós, torna-se aqui em amor e respeito; os próprios grandes obedecem sem repugnância a uma família que sempre viram como superior e à qual se não conhecem outra que a possa igualar (...). O trono real não é o trono de um homem, mas o trono do próprio Deus, (...) Os reis (...) são deuses e participam de alguma maneira da independência divina. (...) o rei vê de mais longe e de mais alto: deve acreditar-se que ele vê melhor, e deve obedecer-lhe sem murmurar, pois o murmúrio é uma disposição para a sedição”.*

Jacques-Bénigne Bossuet. Política tirada da Sagrada Escritura. Em: Gustavo de Freitas. 900 textos e documentos de história.

A partir do ano 1787, essa organização política e social francesa começa a ser questionada. Esse questionamento ganha força a partir da crise financeira na qual a França se viu envolvida por diversos fatores: o fracasso das colheitas de trigo nos anos de 1787 e 1788 e os gastos militares na Guerra de Independência das Treze Colônias (Estados Unidos) que recebeu o apoio da França, contra os ingleses.

A má colheita não impediu que o Rei aumentasse a cobrança de impostos ao terceiro estado, que passou a exigir melhores condições sociais e a reforma do governo.

### 3. Aula 2 - Iluminismo

As reações à sociedade do Antigo Regime aconteceram no campo das ideias e no campo da ação revolucionária. No primeiro caso, os agentes históricos eram pensadores de várias áreas do conhecimento, principalmente filósofos, que faziam parte de um movimento intelectual conhecido como iluminismo ou ilustração. Apesar das diferenças entre os pensadores iluministas, eles partilhavam pontos em comum: a valorização da razão como principal instrumento do ser humano para compreender a realidade e orientar a vida em sociedade; a crítica ao fanatismo religioso, ao poder da Igreja e aos privilégios da nobreza; e a defesa da liberdade religiosa e das liberdades em geral.

Os iluministas pregavam que só era possível conhecer a realidade por meio da investigação, da experimentação e da observação dos resultados das experiências. Os pensadores iluministas também defendiam que os homens, em seu estado de natureza, deveriam ser livres e iguais. Por essa razão, eles criticavam os privilégios determinados pela condição de nascimento ou familiar, uma das características do Antigo Regime.

Porém, os iluministas não tinham a mesma visão sobre a desigualdade entre aqueles que enriqueciam e adquiriam propriedades e aqueles que se mantinham pobres. O inglês John Locke, por exemplo, defendia que o homem tem o direito de ser livre para prosperar por meio do seu trabalho. O franco-suíço Jean-Jacques Rousseau, com outra visão, afirmava que a desigualdade era fruto do direito à propriedade, que teria sido a origem de todas as guerras, crimes e misérias da história humana. Não vendo como recuperar a igualdade natural perdida, Rousseau propunha a criação de meios para tornar a existência humana mais suportável.

No campo da ação revolucionária, o primeiro choque que abalou as bases do Antigo Regime aconteceu com as Revoluções Inglesas do século XVII. O resultado foi a vitória do Parlamento sobre o absolutismo real, o fim das restrições à liberdade econômica e a instauração da tolerância religiosa. Mas foi na França do século XVIII que o Iluminismo atingiu o seu auge. As ideias da ilustração inspiraram os revolucionários de 1789 e se difundiram por outros países e continentes, influenciando a política, a economia, a educação, a cultura e a arte do mundo ocidental.

Na visão iluminista, a razão era a única ferramenta de que o ser humano dispunha para compreender e transformar o mundo. Isso significa que, em vez de guiar-se pelas superstições e crenças, os indivíduos deveriam orientar suas vidas de acordo com as

ferramentas da ciência. Vamos conhecer alguns dos principais pensadores iluministas e as ideias que eles defendiam?

- John Locke (1632-1704). O filósofo inglês defendia que a liberdade, a felicidade e a propriedade são direitos naturais do homem. Visando proteger esses direitos, os indivíduos estabeleceram um pacto com um corpo político que está acima deles. Em outras palavras, eles aceitaram transferir parte da sua liberdade aos governos, que têm a força coercitiva, em troca de segurança. Os governantes, porém, poderiam ser destituídos caso não correspondessem aos interesses coletivos.
- Charles-Louis de Secondat (1689-1755). O barão de Montesquieu, como ficou conhecido, defendia a liberdade dos indivíduos, que seria assegurada por um conjunto de leis, e a criação de três poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. O primeiro seria responsável pela administração pública, enquanto o segundo criaria as leis e o terceiro teria o poder de julgar os conflitos e aplicar as punições. Segundo ele, essa divisão em três partes coibiria o abuso de poder por parte dos governantes e permitiria maior equilíbrio entre as esferas de poder. Dessa forma, a separação dos poderes impediria o surgimento de regimes despóticos, como o absolutista.
- François-Marie Arouet (1694-1778). Conhecido como Voltaire, o filósofo francês criticou em suas obras o absolutismo monárquico, o fanatismo religioso e a Igreja Católica. O autor foi um defensor incansável da liberdade política e da razão como meio de livrar o povo da superstição e da ignorância. Apesar de suas ideias, que o levaram a se exilar na Inglaterra, Voltaire se posicionava a favor da monarquia; não da absolutista, mas sim de um governo monárquico orientado pelos ideais iluministas.

#### 4. Aula 3 - Revolução francesa

No final do século XVIII, a França era o segundo país mais populoso da Europa, com aproximadamente 25 milhões de habitantes. A população dividia-se em três ordens: o **primeiro estado**, composto pelo **clero**, o segundo estado, formado pela **nobreza**, e o **terceiro estado**, que reunia todas as pessoas que não pertenciam aos dois primeiros estados. O primeiro e o segundo estados, juntos, representavam apenas 3% da população. Eles pagavam poucos impostos e tinham acesso aos principais cargos da administração pública, ou seja, exerciam efetivamente o comando do país. O terceiro estado incluía a grande burguesia (que vivia franca expansão comercial), a pequena burguesia (formada por comerciantes locais, profissionais liberais e artesãos) e os demais trabalhadores urbanos, além dos camponeses.

No final do século XVIII, Paris era a terceira maior cidade do mundo, com cerca de 700 mil habitantes. A maior parte da população era formada de trabalhadores, que viviam em condições precárias. Havia também um número crescente de pessoas desempregadas e em situação de rua, muitas delas vindas de áreas rurais. Na cidade, a situação era agravada pelo aumento do custo de vida, que não era acompanhado pelo aumento dos salários. Era comum que famílias inteiras morassem em um único cômodo, quase sem nenhuma mobília. Além das dificuldades com moradia, a alimentação também era inadequada. O pão era o alimento principal dos trabalhadores urbanos e custava a metade do valor que eles recebiam por dia.

A França conheceu um período de grande prosperidade econômica nos séculos XVI e XVII, que enriqueceu a burguesia comercial e financeira do país. A situação começou a mudar em meados do século XVIII, quando uma sequência de safras agrícolas ruins trouxe três efeitos principais: a alta geral dos preços, principalmente dos cereais; a fome, que atingiu a população pobre do campo e da cidade; e a queda na arrecadação dos impostos. Para agravar as dificuldades, a França havia auxiliado as treze colônias da América do Norte na guerra pela independência em relação à Inglaterra, sua tradicional inimiga. A participação no conflito gerou ainda mais despesas. As dívidas cada vez maiores do Estado diminuía a força da monarquia.

Diante da crise, o rei Luís XVI tentou reagir aumentando os impostos. Os novos tributos pioraram a vida dos setores populares e enfureceram a burguesia, que acusava o Estado de gastar demais. De fato, a dívida pública crescia rapidamente, e os recursos empregados para sustentar a nobreza contribuía para a piora das contas. A saída para a crise era implantar uma reforma fiscal, que significaria o fim de muitos privilégios da nobreza e do clero e obrigaria todos a pagarem impostos. A medida, porém, foi rejeitada pela Assembleia dos Notáveis e pelo Parlamento, que eram controlados pelo primeiro e pelo segundo estados.

Diante da recusa do Parlamento em aprovar a reforma fiscal, Luís XVI convocou os Estados Gerais, uma grande assembleia com representantes dos três estados que formavam a sociedade francesa. Esse recurso estava previsto na organização política da França e era acionado pelo rei quando este desejava consultar os seus súditos. No entanto, sua última reunião ocorrera havia mais de 170 anos. Na assembleia, reunida a partir de 5 de maio de **1789**, o monarca, o clero e a nobreza defenderam a ideia de que as votações se realizassem com um voto para cada estado, e não individualmente. Como o terceiro estado era mais numeroso, na votação individual o clero e a nobreza seriam derrotados. Já na votação por estado, o terceiro sempre perderia, pois o primeiro e o segundo votavam juntos.

O terceiro estado, representado por membros da burguesia, não aceitou o sistema de votação defendido pelo clero e pela nobreza, que assegurava a manutenção de privilégios de origem feudal. Assim, em junho de 1789, os membros do terceiro estado retiraram-se da reunião, proclamaram-se em Assembleia Nacional e passaram a defender a elaboração de uma Constituição para o país. O rei, com medo da reação popular, ordenou ao clero e à nobreza que se reunissem à Assembleia Nacional, transformada, em julho, em Assembleia Nacional Constituinte. Luís XVI apresentou um programa de governo em que aceitava a monarquia constitucional e abolia privilégios fiscais. O projeto, no entanto, mantinha a cobrança do dízimo pela Igreja Católica e os privilégios do clero e da nobreza.

Enquanto os debates seguiam na Assembleia Constituinte, diversos boatos circulavam pela França anunciando que a aristocracia, aliada ao rei, pretendia dar um golpe e fechar a assembleia. Assustados, os setores pobres passaram a protestar de forma mais violenta. A crise política, agravada pela escassez de alimentos, fez multiplicar nas cidades os saques aos comboios de grãos e armazéns e os ataques às alfândegas municipais. Entre os dias 13 e 14 de julho de 1789, Paris foi palco de uma série de manifestações e revoltas, que foram chamadas de “jornadas populares”. O ápice das revoltas ocorreu no dia 14 de julho, quando os parisienses tomaram a Bastilha, prisão e arsenal militar e maior símbolo do absolutismo francês. A revolução começava e não tinha uma liderança definida.

Em agosto de 1789, a Assembleia Nacional Constituinte aboliu o dízimo eclesiástico e todas as obrigações feudais que pesavam sobre os camponeses. Em seguida, aprovou a **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**, composta de dezessete artigos. A declaração estabeleceu a igualdade de todos perante a lei, pois, segundo ela, a lei é expressão da vontade geral e, por isso, deve ser igual para todos, seja para punir, seja para proteger. Também determinou que a liberdade, a propriedade privada, a segurança e a resistência a qualquer tipo de opressão eram direitos naturais, inalienáveis e sagrados dos seres humanos. A Assembleia Constituinte continuou seus trabalhos e, em setembro de 1791, os deputados aprovaram uma Constituição para a França. Vamos conhecer algumas das resoluções estabelecidas no documento?

- A França continuava sendo governada por um monarca, mas seu poder passou a ser subordinado à Constituição.
- O poder do Estado foi dividido em três instituições básicas e independentes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.
- Estabeleceu-se o voto censitário e masculino, ou seja, só podiam votar os cidadãos que tinham determinada renda.
- Manteve-se a escravidão nas colônias francesas, como o Haiti.

- Adotou-se o livre-comércio e a livre-iniciativa para os negócios, acabando com as restrições mercantilistas e os encargos feudais.

As medidas aprovadas demonstram o domínio da grande burguesia nessa primeira fase da revolução e os limites das mudanças. As reivindicações populares relativas à justiça social e econômica não foram atendidas.

Assustada com a situação política instável, grande parte dos clérigos e nobres se refugiou em países vizinhos. Em junho de 1791, o próprio rei e a família real tentaram fugir da França, mas foram capturados e levados para o Palácio das Tulherias. Em abril de 1792, a França entrou em guerra com a Áustria e a Prússia, que temiam a propagação da revolução. O rei e os contrarrevolucionários incentivaram a guerra acreditando que a França seria derrotada e que eles poderiam então restaurar o Antigo Regime. Diante disso, em 10 de agosto de 1792, o Palácio das Tulherias foi invadido, e o rei foi destituído e preso com sua família, acusados de traição. A Assembleia Legislativa foi dissolvida e novas eleições foram realizadas, com base no sufrágio universal masculino. Formou-se uma nova assembleia, a Convenção Nacional, que era composta de diferentes grupos:

- **Jacobinos.** Representavam a pequena burguesia e a classe média de Paris. Influenciados por Rousseau, defendiam os ideais iluministas de uma sociedade igualitária.
- **Girondinos.** Eram os republicanos moderados, que representavam os interesses da grande burguesia comercial e de nobres liberais.
- **Cordeliers.** Ligados aos sans-culottes, eram republicanos e defendiam mudanças mais profundas na sociedade, como a reforma agrária e o fim da propriedade privada. Seus principais líderes eram **Danton** e **Marat**.

Ao mesmo tempo, o povo, chamado a defender a revolução, formou um exército popular e derrotou os invasores e os partidários internos do Antigo Regime. Nesse clima de vitória, a república foi proclamada.

Por pressão dos jacobinos e da população de Paris, em janeiro de 1793 o rei Luís XVI foi julgado, acusado de traição e executado na guilhotina. Esse instrumento, composto de uma estrutura de madeira e uma lâmina, era empregado oficialmente na aplicação da pena de morte, levando os condenados à decapitação. Em outubro, a rainha Maria Antonieta também foi guilhotinada. As execuções provocaram a reação dos países defensores do Antigo Regime, que formaram uma coligação para derrotar a França. No interior da Convenção, jacobinos e girondinos divergiam quanto aos rumos da revolução e às decisões que deviam tomar. Aos poucos, a influência dos jacobinos cresceu e as principais lideranças girondinas foram presas. Em abril de 1793, a Convenção criou o Comitê de Salvação Pública, órgão responsável pela segurança interna da França. O comitê

reorganizou o exército e derrotou a coligação estrangeira. Internamente, líderes jacobinos, como Robespierre, combateram todos os seus opositores, prendendo-os e executando-os. Esse período da revolução ficou conhecido como Terror.

Estima-se que, entre setembro de 1793 e julho de 1794, mais de 300 mil pessoas foram presas e cerca de 17 mil foram executadas na guilhotina. As decisões do Tribunal Revolucionário, órgão responsável por julgar os condenados de traição, atingiam tanto monarquistas, girondinos e moderados quanto os mais próximos aos jacobinos. Com as perseguições, os jacobinos perderam o apoio de vários grupos, inclusive dos sans-culottes. A república jacobina aprovou o voto universal masculino, confiscou terras da nobreza emigrada e as distribuiu entre os camponeses pobres, bem como aboliu a escravidão nas colônias francesas. Além disso, procurando garantir a igualdade de oportunidades para o conjunto da população francesa, os jacobinos estabeleceram o ensino primário público, obrigatório e laico para todos

A radicalização do processo revolucionário assustou a burguesia. Os setores burgueses mais ricos desejavam acabar com as execuções, o congelamento dos preços e a mobilização popular para poder administrar seus negócios com tranquilidade. Em 27 de julho de 1794 — 9 de Termidor no calendário da revolução —, os girondinos articularam um golpe que expulsou os jacobinos da Convenção. A ala moderada da burguesia reassumiu o poder e a participação popular na condução do Estado francês terminou. Como tinham feito os jacobinos, o novo governo perseguiu, prendeu e executou os opositores (inclusive o líder Robespierre). Os girondinos também dissolveram os clubes políticos, liberaram os preços e anularam as leis sociais, como a que estabelecia o ensino público, gratuito e obrigatório para todos.

Em 1795 foi eleito o Diretório, governo formado por cinco deputados, e uma nova Constituição foi elaborada. Por meio dela, restabeleceu-se o voto censitário e consagrou-se a liberdade econômica. O governo do Diretório, no entanto, foi incapaz de garantir a estabilidade desejada pela burguesia. A moeda francesa estava desvalorizada, a desorganização na cobrança de impostos esvaziou os cofres públicos e a inflação não parava de subir. Diante da catástrofe econômica, tornaram-se constantes as revoltas das camadas populares, de antigos monarquistas e de partidários dos jacobinos.

Acreditando que só um governo forte restabeleceria a ordem, a grande burguesia apoiou um golpe para que o jovem general Napoleão Bonaparte assumisse o poder. Assim, em 10 de novembro de 1799 — 18 de Brumário no calendário da revolução —, o Diretório foi extinto e iniciou-se o Consulado. Começava, assim, uma nova fase na história política da França. A Revolução Francesa havia chegado ao fim.

## 5. Aula 4 - Cidadania

Caro aluno você consegue pensar quais os impactos da Revolução Francesa no mundo e na história? Entre todas as contribuições da Revolução Francesa, as noções de direitos e de representação política ocupam papel importante na formação das sociedades atuais.

Ao substituírem o poder do rei pelo poder do povo, os revolucionários buscaram romper com a ideia de que a autoridade tinha origem divina, atribuindo ao conjunto da sociedade a condução de seus rumos políticos. É a partir desse momento que os súditos passam a ser considerados cidadãos, isto é, sujeitos com direitos e deveres. A regulação da vida em sociedade e da relação dos cidadãos com o Estado se dá perante a lei, considerada uma “expressão da vontade geral”. Desse modo, as leis proclamadas na Declaração dos Direitos eram um conjunto de princípios a serem assegurados por todos os legisladores e governantes, como legítimos representantes do povo.

Em 1948, a **Organização das Nações Unidas (ONU)** lançou a **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, inspirada no documento da Revolução Francesa. Desde então, os países signatários se comprometem com a garantia da vida, da liberdade, da segurança e da propriedade, sendo estes direitos de todos os seres humanos. Há também organizações da sociedade civil que lutam pelo respeito e pela proteção aos direitos humanos. É o caso da Anistia Internacional, que pauta suas campanhas na promoção da justiça, da igualdade e da liberdade. Um dos grupos assistidos por essas ações hoje em dia são os imigrantes e refugiados, grupos em situação de alta vulnerabilidade social.



Eleanor Roosevelt exhibe a edição em espanhol do Jornal das Nações Unidas contendo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1949).

## 6. Aula 5 - Atividades

**1. O Iluminismo ou Ilustração foi uma escola filosófica que criticava abertamente o poder absoluto dos reis. No entanto, os próprios iluministas propunham um novo sistema político que consistia:**

- a) Na limitação do poder real através da Constituição e das leis municipais.
- b) Na divisão do poder absoluto em três ramos distintos, mas interligados no Executivo, Legislativo e Judiciário.
- c) Na criação de uma Assembleia de Notáveis em cada país cuja função seria fiscalizar o poder do rei e assim evitar abusos.
- d) Na supressão da figura do monarca e sua substituição por uma democracia direta eleita por sufrágio universal.

**2. (UFSCar) A queda na produção de cereais, às vésperas da Revolução Francesa de 1789, desencadeou uma crise econômica e social, que se manifestou:**

- a) na alta dos preços dos gêneros alimentícios, na redução do mercado consumidor de manufaturados e no aumento do desemprego.
- b) no aumento da exploração francesa sobre o seu império colonial, na reação da elite colonial e no início do movimento de independência.

c) no abrandamento da exploração senhorial sobre os servos, na divisão das terras dos nobresemigrados e na suspensão dos direitos constitucionais.

**3. na decretação, pelo rei absolutista, da lei do preço máximo dos cereais, na expansão territorial francesa e nas guerras entre países europeus.(UFNR) O pensamento político e econômico europeu, em fins do século XVII e no século XVIII, apresentou uma vertente de crítica ao Absolutismo e ao Mercantilismo, predominantes na Europa, na Idade Moderna. Qual das ideias abaixo caracteriza essa nova corrente de pensamento?**

- a) É necessária a regulamentação minuciosa de todos os aspectos da vida econômica para garantir a prosperidade nacional e o acúmulo metalista.
- b) O Estado, com função de polícia e justiça, deve ser governado por um rei, cuja autoridade é sagrada e absoluta porque emana de Deus.
- c) A fim de proteger a economia nacional, cada governo deve intervir no mercado, estimulando as exportações e restringindo as importações.
- d) O poder do soberano era ilimitado, porque fora fruto do consentimento espontâneo dos indivíduos para evitar a anarquia e a violência do estado natural.
- e) O Estado, simples guardião da lei, deve interferir pouco, apenas para garantir as liberdades públicas e as propriedades dos cidadãos.

**4. Quando se estuda o absolutismo monárquico, é frequente vermos a frase "O Estado sou Eu", proferida pelo Rei Sol, Luís XIV. É correto dizer que essa frase:**

- a) torna patente o uso do simbolismo solar, característico da maçonaria francesa.
- b) explicita o conteúdo do absolutismo, no qual o rei é a fonte da soberania e do poder.
- c) explica o Estado francês da época erroneamente, já que o rei não governava de fato.
- d) foi proferida após Luís XIV ter vencido a Revolução Puritana e o exército de Cromwell.
- e) foi proferida após Luís XIV ter vencido a Guerra das Duas Rosas.

**5. Em 1791, os colonos franceses quiseram contestar o jugo da metrópole, que se reservava o direito de monopólio sobre suas mercadorias. Os escravos também aproveitam para se sublevar e os “sang-melés” (literalmente, sangue misturado), reivindicam a cidadania francesa. Eles a obtêm em 1792 e no ano seguinte, a escravidão é abolida.**

**Qual foi o episódio, ocorrido em agosto de 1791, que provocou tantas mudanças no Haiti?**

- a) A Queda da Bastilha, em Paris.
- b) A coroação de Bonaparte como Imperador dos franceses.
- c) A promulgação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.
- d) A morte do rei Luís XVI pela guilhotina.

**6. Em 1789, o quadro da sociedade francesa era de intensa crise econômica e de grande convulsão social. O rei francês, como saída para a crise, optou por convocar os Estados Gerais. Selecione a alternativa que descreve corretamente do que se trata os Estados Gerais:**

- a) uma assembleia convocada em momentos de crise que reunia os representantes dos três estados (classes) para debater soluções.
- b) era realizada uma assembleia em que os membros da nobreza francesa reuniam-se em Versalhes durante uma semana para escolher novos burocratas para o país.
- c) era a destituição imediata de todos os ministros da nação.
- d) a convocação dos grandes representantes da Igreja na França para que aconselhassem o rei a tomar decisões.
- e) um imposto emergencial e compulsório que era convocado em momentos de grande crise. A população obrigatoriamente deveria fornecer uma contribuição extra para os cofres reais.

**7.(UEBA) No período do Iluminismo, no século XVIII, o filósofo Montesquieu defendia:**

- 1. ( ) divisão da riqueza nacional.
- 2. ( ) divisão dos poderes executivo, legislativo e judiciário.
- 3. ( ) divisão da política em nacional e internacional.

4. ( ) formação de um Poder Moderador no Congresso Nacional.
5. ( ) implantação da ditadura moderna.

**8. Grande parte dos acontecimentos e das grandes decisões tomadas durante a Revolução Francesa foram realizados pelo povo, a massa formada principalmente de camponeses. Além do povo, outra classe que teve grande peso com o deflagrar da Revolução e sua condução foi:**

- a) a burguesia.
- b) a nobreza.
- c) o clero.
- d) os vassallos.
- e) nenhuma das respostas acima.

**9. Sobre o iluminismo, é correto afirmar que:**

- a) defendia a doutrina de que a soberania do Estado absolutista garantiria os direitos individuais e eliminaria os resquícios feudais ainda existentes
- b) propunha a criação de monopólios estatais e a manutenção da balança de comércio favorável, para assegurar o direito de propriedade
- c) criticava o mercantilismo, a limitação ao direito à propriedade privada, o absolutismo e a desigualdade de direitos e deveres entre os indivíduos
- d) acreditava na prática do entesouramento como meio adequado para eliminar as desigualdades sociais e garantir as liberdades individuais
- e) consistia na defesa da igualdade de direitos e liberdades individuais, proporcionada pela influência da Igreja Católica sobre a sociedade, através da educação

## **7. Considerações finais**

Chegamos ao final de nossa proposta pedagógica. Fazemos um convite a você, aluno, que continue buscando novas formas de ampliar seu conhecimento. Querer aprender é fundamental para o sucesso de sua jornada. Ao longo desse material vários temas podem e devem ser aprofundados por você. Nos tempos atuais podemos ter acesso há várias ferramentas educacionais. Lance mão delas e continue avançando cada vez mais . Com certeza seu objetivo será atingido. Conte conosco!

## **8. Resumo**

Caro aluno, nestas Orientações de Estudos – 1º Bimestre de 2020, História – 2ª série, esperamos que você tenha tido, como esse material , a possibilidade de compreender melhor a articulação entre pensamento filosófico e mudanças sociais. Esperamos que você tenha percebido que numa sociedade as ações estão articuladas e interferem umas nas outras. O estudo da História não deve ser estanque e trabalhado de forma desarticulada. Procuramos apresentar a vocês como o pensamento iluminista interferiu na queda do Antigo Regime e se refletiu nos movimentos populares e de intelectuais que favoreceram Revolução Francesa e como os desdobramentos dessa revolução burguesa mudaram os rumos das sociedades europeias.

## 9. Indicações bibliográficas

Exercícios

[https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/filosofia/filosofos-](https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/filosofia/filosofos-iluministas)

[https://www.coc.com.br/blog/soualuno/historia/o-](https://www.coc.com.br/blog/soualuno/historia/o-que-foi-a-revolucao-francesa)

[que-foi-a-revolucao- francesa](https://www.coc.com.br/blog/soualuno/historia/o-que-foi-a-revolucao-francesa)

<https://www.todamateria.com.br/revolucao-francesa/>

<https://www.todamateria.com.br/questoes-sobre-iluminismo/>

<https://www.infoescola.com/historia/antigo-regime/exercicios/>

[https://exercicios.mundoeducacao.uol.com.br/exercicios-](https://exercicios.mundoeducacao.uol.com.br/exercicios-historia/exercicios-sobre-absolutismo.htm#resposta-3414)

[historia/exercicios-sobre- absolutismo.htm#resposta-3414](https://exercicios.mundoeducacao.uol.com.br/exercicios-historia/exercicios-sobre-absolutismo.htm#resposta-3414)

[https://exercicios.brasilecola.uol.com.br/exercicios-](https://exercicios.brasilecola.uol.com.br/exercicios-historia/exercicios-sobre-os-filosofos-iluministas)

[historia/exercicios-sobre-os-filosofos- iluministas.](https://exercicios.brasilecola.uol.com.br/exercicios-historia/exercicios-sobre-os-filosofos-iluministas)